



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Planejamento e Gestão
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará IPECE

ATA 9ª REUNIÃO MENSAL DO COMITÊ PforR

Data: 16/10/2014 **Início:** 14:30 **Duração:** 2:00 **Término:** 16:30 **Local:** Auditório Inhamuns SEPLAG

Quadro de Presença

ÓRGÃO	NOME	FUNÇÃO	PRESENTES
COORDENAÇÃO PforR	Ana Cristina Medeiros	Coordenadora UGP PforR	OK
	Laura Carolina Gonçalves	Técnica de Monitoramento e Controle	OK
	Fabiana Silva de Castro	Técnica Suporte Operacional e Logístico	OK
	Heloísa Simone Silva Cunha	Técnica de Gerenciamento Financeiro	OK
	Giuseppe Furtado Nogueira	Consultor Individual	OK
	Viviane Ramos da Costa	Consultor Individual	OK
ADECE	Edilson Teixeira Júnior	Titular	-
	Cecy de Castro	Suplente	-
	Fernando Barreto da Costa	Representante	OK
	Ana Cláudia Mota	Representante	OK
ARCE	Alexandre Caetano da Silva	Titular	OK
	Alceu de Castro Galvão Júnior	Suplente	-
CAGECE	Silvia Maria Cortonesi Cela	Titular	OK
	Carlos Rossas Mota Filho	Suplente	JUSTIFICADO
CEDE	Marilda dos Santos Rocha	Titular	OK
	Gotardo Gurgel Gomes Júnior	Suplente	-
	Galba Bessa	Representante	OK
CGE	Paulo Roberto de Carvalho Nunes	Titular	OK
	Antônio Marconi Lemos da Silva	Suplente	-
	Ítalo Brígido	Representante	OK
CIDADES	Edmundo Olinda Filho	Titular	OK
	Tércia Maria Pinheiro Martins	Suplente	JUSTIFICADO
COGERH	Fábio Leite de Araújo Lima	Titular	OK
	Adahil Pereira de Sena	Suplente	-
	Sarah Furtado	Suplente	OK
CONPAM	Maria Tereza de Farias Sales	Titular	-
	Ulisses José de Lavor Rolim	Suplente	OK
FUNCEME	Francisco Hoilton Araripe Rios	Titular	-
	Meiry Sayuri Sakamoto	Suplente	OK
IPECE	Victor Hugo	Titular	OK
	Nicolino Trompieri	Suplente	-
	Jimmy Oliveira	Suplente	OK
PGE	Antônia Tânia Trajano Bezerra	Titular	OK
	Mary Ane Vale Ferreira	Suplente	-
	Fernando Antônio Grangeiro	Representante	-
	Valéria Rodrigues	Representante	-
SECITECE	Almir Bittencourt da Silva	Titular	JUSTIFICADO
	Luiz Carlos Mendes Dodt	Suplente	OK
	Lene Simone Malveira Peixoto	Suplente	OK
SEDUC	Lucidalva Pereira Bacelar	Titular	OK
	Andréa Araújo Rocha Nibon	Suplente	OK
	Maria Eneida Machado Maia	Suplente	OK
	Maria Celena Skeff M. de Oliveira	Representante	OK
	Noemi Alencar Araripe Cordeiro	Representante	OK
	Josy Maria Evangelista	Representante	OK
SEMACE	Tiago Bessa Aragão	Titular	OK
	José Maurício Mendes Giffoni	Suplente	OK
	Maria Dias Cavalcante	Suplente	-
SEPLAG	Francisco Aduino Oliveira	Titular	-
	Avilton Júnior	Suplente	-
	Naiana Corrêa Lima	Suplente	-
	Carmen Cavalcante	Representante	OK
	Dominique Cunha M. Gomes	Representante	OK
	Everton Cabral Maciel	Representante	OK
SESA	Vera Maria Câmara Coelho	Titular	OK
	Ana Márcia Rodrigues	Suplente	OK
SRH	Denilson Marcelino Fidelis	Titular	-
	Paulo Miranda Pereira	Suplente	-
	Sérgio Moreira Câmara	Suplente	OK
STDS	Sebastião Lopes	Titular	OK
	Mary Anne Libório P. Ribeiro	Suplente	OK
	Rosilene Ribeiro	Suplente	OK
	Sandra Maria Ferreira de Moraes	Representante	OK
TCE	Giovanna Augusta Moura Adjafre	Titular	-
	José Auriço Oliveira	Suplente	OK

INTRODUÇÃO

Às 14h30min, no Auditório Inhamuns da SEPLAG, Cristina Medeiros (IPECE) iniciou a reunião. Foi entregue a todos na recepção da reunião o seguinte documento: Agenda da Missão de Supervisão do Banco Mundial

Seguiu-se com a apresentação em *Power Point*¹ cuja pauta está apresentada abaixo:

1. Abertura e apresentação dos participantes (14h30 - 14h40);
2. Posição dos Programas, Indicadores, Projetos de Assistência Técnica por Setorial e Plano de Ação em Setembro 2014 (14h40 - 15h):
 - ✓ Sumário da Posição da execução Orçamentária dos Programas do Escopo do *PforR* - Heloísa Cunha;
 - ✓ Sumário da Posição dos Indicadores com metas para o Segundo Semestre de 2014 - Laura Gonçalves;
 - ✓ Sumário da Posição dos encaminhamentos do Plano de Ação - Laura Gonçalves;
 - ✓ Sumário da Posição da realização dos Projetos de Assistência Técnica - Giuseppe Nogueira e Viviane Costa;
3. *Program Appraisal Document* (PAD) do *PforR*: Foco Assistência à Família (15h-16h):
 - ✓ Lógica no PAD do Tema Assistência à Família: Victor Hugo - IPECE (15h-15h15m);
 - ✓ CRAS e seu envolvimento no *PforR*: Sebastião Lopes - STDS (15h15m - 15h30m);
 - ✓ FECOP e seu envolvimento no *PforR*: Everton Maciel - SEPLAG/FECOP (15h30m - 15h45m);
 - ✓ PADIN e Comitê de Desenvolvimento Infantil: Lucidalva Barcelar - SEDUC (15h45m - 16h) e Jimmy Oliveira - IPECE (16h - 16h15m);
4. Encaminhamentos (16h15m - 16h30m):
 - ✓ Aprovação da Ata da 8ª Reunião de 18/09/14 - minuta enviada em 07/10/14 para revisão do Comitê;
 - ✓ Próxima Missão de Supervisão: 27/10 e 29/10 a 31/10 - Agenda entregue
 - ✓ Proposta para discussão nas próximas reuniões do Comitê: Lógica PAD dos temas Gestão Pública, Capacitação Profissional e Qualidade da Água.
5. Encerramento (16h30m)

I. ABERTURA E APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Todos que estavam presentes se apresentaram, conforme quadro de presença.

II. POSIÇÃO DOS PROGRAMAS, INDICADORES, PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR SETORIAL E PLANO DE AÇÃO EM SETEMBRO 2014

Laura Gonçalves – IPECE explicou a importância das sinalizações e reforçou que dessa forma é possível monitorar e tomar decisões em cada situação.

¹ Vide apresentação no link: http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/Apresentacao_Reuniao_Comite_PforR_%2016_10_14.pdf

Indicadores

-  Probabilidade alta de atingir a meta
-  Probabilidade intermediária de atingir a meta
-  Probabilidade baixa de atingir a meta

Assistência Técnica

-  Realização do projeto dentro do Plano de Licitações
-  Realização do projeto com atraso de um dia
-  Realização projeto com atraso de mais de 3 meses

Programas

-  Execução do previsto orçado no período, conforme critérios acordados com Setorial
-  Execução de menos do previsto orçado no período, conforme critérios acordados
-  Nenhuma Execução

✓ **Sumário da Posição da execução Orçamentária dos Programas do Escopo do PforR**

Heloísa Cunha – IPECE apresentou a Tabela 1 na qual está discriminado o que foi executado até setembro de 2014 e as Regras do Programa. Informou que as execuções não estão como planejadas, mas que no total a execução está em 111,31%, por uma maior contribuição do Programa da SEDUC e FUNCEME. Informou também que em relação aos Programas que estão em vermelho já houve uma apresentação do Marcos Medeiros (SEPLAG) na reunião do Comitê de (21/05/14), que demonstrou que isso já estava sendo esperado. Por outro lado, o Banco foi informado e sua posição foi flexível para aceitar essa “compensação” entre programas.

Heloísa Cunha – IPECE reforçou que a STDS pode vir a cumprir até o final do ano. Informou que a iniciativa 05273 (Readequação e modernização da estrutura de gestão, monitoramento e fiscalização dos recursos hídricos.) da SRH/COGERH não vai ser cumprida. Explicou que a iniciativa 05310 (Elaboração dos Planos de Segurança Hídrica para as Bacias Metropolitanas, Bacia do Rio Acaraú e Bacia do Rio Salgado) foi dividida em Componente I como o Plano de Segurança Hídrica e Componente II como o Diagnóstico do Plano de Segurança Hídrica. Informou também que a SEMACE está em fase de licitação e a iniciativa 392 (Implantação, ampliação e melhorias de sistemas de esgotamento sanitário) da CIDADES/CAGECE foi proposta para ser executada com fonte FECOP, mas a SCIDADES não tem como transferir esses recursos para que a CAGECE possa executar essa ação.

Edmundo Olinda – CIDADES informou que a meta física já foi atendida, mas a dificuldade é que a Secretaria não está conseguindo repassar os recursos para a CAGECE, visto que a Companhia usou os recursos próprios para a sua execução.

Maurício Giffoni – SEMACE informou que os valores foram empenhados em 2013 e que no ano corrente os pagamentos estão sendo efetuados, mas estes estão sendo computados no orçamento de 2013 como restos a pagar e por essa razão não será possível sair do farol vermelho. Reforçou que o projeto de manualização dos procedimentos técnicos está na fase de análise dos portfólios e não tem como prever se a contratação será feita ainda em 2014, mas garante que a execução será em 2015 e vai sofrer o mesmo problema.

Cristina Medeiros – IPECE esclareceu que já tem conhecimento das especificidades da CIDADES e SEMACE e já está tomando as providências possíveis.

Tabela 1 – Programas do PforR

Acompanhamento dos Programas do PPA incluídos no Escopo do PforR Ceará - Setembro 2014										
Setorial	Programa	Iniciativa	Previsão (R\$ milhões)			Realizado 30/09/2014	Realizado/ Previsão (%)	Farol		
			Projeto	2014	set/14					
1	SEDUC	014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	1	00328	327,53	105,78	76,93	67,11	87%	
			2	00771	156,87	25,30	16,88	38,76	230%	
			3	00834	126,28	1,70	1,14	11,66	1023%	
2	STDS	050 - Assistência Social ¹	4	03180	34,57	7,30	6,57	5,29	80%	
3	SRH / COGERH	041 - Gestão dos Recursos Hídricos ²	5	05310	6,50	1,20	0,87	0,00	0%	
			6	05311	2,43	0,00	0,00	0,00	0%	-
			7	05273	43,58	1,81	1,32	0,46	35%	
4	CIDADES/ CAGECE	032 - Saneamento Ambiental ³	8	0392	15,83	5,65	3,60	0,00	0%	
5	CONPAM	082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais ⁴	9	03104	15,12	0,00	0,00	0,00	0%	-
	SEMACE		10	04815	1,70	0,40	0,23	0,00	0%	
	SEMACE		11	02466	1,70	0,40	0,23	0,00	0%	
	SEMACE		12	05170	26,44	6,95	4,05	1,92	47%	
	SEMACE		13	05155	0,70	0,15	0,09	0,00	0%	
6	FUCEME	079 - Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará	14	02846	15,93	1,10	0,64	1,02	158%	
	FUCEME		15	02847	0,60	0,09	0,09	0,00	0%	
Total					775,78	157,83	112,66	126,21	112,03%	

1. O programa 050 - Assistência Social da STDS passa de R\$ 28,99 milhões para R\$ 34,57 milhões, conforme explicações na Nota Técnica 01/2014 da STDS

2. O programa 041 - Gestão dos Recursos Hídricos da SRH/COGERH parte dos valores das iniciativas 5310 e 5311 foram remanejados para 5273 ; os valores da iniciativa 5310 passaram de R\$ 19,60 milhões para R\$ 6,50 milhões, a diferença de R\$ 13,10 milhões foi realocada para iniciativa 5273, os valores da iniciativa 5311 passaram de R\$ 14,04 milhões para R\$ 2,43 milhões, a diferença de valor de R\$ 11,61 milhões foi realocada para iniciativa 5273, os valores da iniciativa 5273 passaram de R\$ 18,84 milhões para R\$ 43,58 milhões, conforme explicações da Nota Técnica 01/2014 da COGERH

3. A iniciativa da CAGECE 02617 mudou para iniciativa 0392 de acordo com a Nota Técnica 02/2014.

4. O programa 082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais do CONPAM/SEMACE passa de R\$ 77,61 milhões para R\$ 45,66 milhões sendo: os valores da iniciativa 04815 passaram de R\$ 14,59 milhões para R\$ 1,70 milhões; os valores da iniciativa 02466 passaram de R\$ 13,89 milhões para R\$ 1,70 milhões; os valores da iniciativa 05170 passaram de R\$ 20,62 milhões para R\$ 26,44 milhões e; os valores da iniciativa 05155 passaram de R\$ 13,39 milhões para R\$ 0,70 milhões, conforme explicações da Nota Técnica 01/2014 da SEMACE

As Notas Técnicas (SEMACE/CAGECE/COGERH/STDS) foram aprovadas pelo B. M. no dia 22/09/2014

✓ Sumário da Posição dos Indicadores com metas para o Segundo Semestre de 2014

METAS: 2º SEMESTRE 2014 – INDICADOR PRIMÁRIO

Laura Gonçalves – IPECE agradeceu, pois foi muito bem recebida nas setoriais durante as reuniões sobre os indicadores.

Laura Gonçalves – IPECE fez referência as Tabelas 2 e 3 e em seguida deu a palavra para os responsáveis pelos indicadores Primários e Secundários com meta no 2º semestre de 2014.

Tabela 2 – Metas 2º Semestre – Indicadores Primários

Tema	Nº	Nome do Indicador	Setorial	Responsável	Meta	Status	Valor Desembolso US\$ Milhões
Gestão Pública	1	Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos	SEPLAG	Avilton Júnior	Aprovação de modelo para o alinhamento dos incentivos.	Este Indicador depende da contratação de Consultoria de Empresa – Foi solicitado a republicação da MI, pois não obteve-se o número suficiente de empresas que manifestaram interesse.	6,198
	2	Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada		Adauto Oliveira	Aprovação da metodologia		
Crescimento Econômico	3	Aprovação da estratégia de desenvolvimento de competências, elaboração do plano de ação e implementação de ações selecionados no âmbito do plano de ação	CEDE	Marilda Rocha	Documento de estratégia finalizado	Foram realizadas duas Oficinas. E mais dois eventos estão sendo organizados com a finalidade de concluir o Documento da Estratégia de desenvolvimento.	6,198
Sustentabilidade Ambiental	4	Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto	CAGECE	Carlos Rossas	84,3%	84,77%	6,198
	5	Índice de qualidade da fiscalização ambiental.	CONPAM	Tereza Farias Ulisses Rolim	40%	46,80%	6,198
TOTAL							30,99

Laura Gonçalves – IPECE observou que os indicadores da SEPLAG não serão cumpridos em 2014 em virtude do atraso no processo licitatório.

Marilda Rocha – CEDE informou que o indicador “*Aprovação da estratégia de desenvolvimento de competências, elaboração do plano de ação e implementação de ações selecionados no âmbito do plano de ação*” tem o propósito de finalizar o documento de estratégia revisado com as orientações do Banco Mundial. Informou também que foram realizadas duas oficinas com a finalidade de socializar o documento, consolidar dados e ampliar sugestões. Reforçou que as oficinas foram feitas com o setor público, setor privado e academia. Explicou que estão previstas mais duas oficinas, uma para a construção da visão do desenvolvimento econômico e outro evento com o alto escalão para validar o documento de estratégia.

Marilda Rocha – CEDE informou que fora realizada uma Videoconferência com o Especialista do Banco Mundial Cristian Quijada para discutir se haveria a possibilidade do cumprimento da meta ser o documento revisado sem a necessidade da validação do alto escalão, pois o estado está passando por mudanças políticas e seria mais viável a validação do documento ser adiado, mas reforçou que com ajuda da FIEC e o Banco Mundial haverá um evento no dia 02/12/2014 para a construção da visão do desenvolvimento econômico. Informou também que aguarda o posicionamento do Banco sobre esse levantamento.

METAS: 2º SEMESTRE 2014 – INDICADOR SECUNDÁRIO

Tabela 3 – Metas 2º Semestre – Indicadores Secundários

Tema	Nº	Nome do Indicador	Setorial	Responsável	Meta	Status
Crescimento Econômico	1	Número de técnicos com nível médio absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico).	IPECE	Victor Hugo	27,8	25.403
Redução da Pobreza	2	Criação e funcionamento do multisetorial do Comitê Consultivo ECD (SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE)	SEPLAG	Lara Costa	Duas resoluções publicadas	O comitê tem uma resolução publicada em Diário Oficial. O Plano de Ação está em fase de elaboração.
Sustentabilidade Ambiental	3	Qualidade da água bruta, na região metropolitana de Fortaleza.	COGERH	Fábio Lima/Sarah Freire/Disney	62,7	77,5
	4	Apresentação de planos de segurança de água para três bacias hidrográficas estratégicas		Adahil Sena	Termos de referência elaborados	Os Termos estão em fase de elaboração - O referente ao Diagnóstico será realizado com recursos de AT e a conclusão está prevista para o final do mês de outubro. E o Termo do Plano tem previsão de conclusão no final de novembro.
	5	Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas.		Adahil Sena	Proposta e consultas completos	A lei de proteção de bacias hidrográficas é decorrente da elaboração do Plano de Segurança Hídrica.

Victor Hugo – IPECE informou que foi divulgado o resultado da RAIS a respeito do número de técnicos absorvidos pelo mercado de trabalho. Explicou que o indicador está sob a responsabilidade do IPECE, mas não existe governabilidade sobre o mesmo e ele está sujeito a flutuações do mercado de trabalho. Ressaltou que entre os anos de 2011 e 2012 o número de técnicos cresceu apenas 1,6% e entre os anos de 2012 e 2013 cresceu 1,5%. Explicou também que a taxa de crescimento média que o estado assumiria para projetar os valores pegou um ciclo virtuoso muito grande da economia brasileira cearense, no período compreendido entre 2006 a 2010, na qual houve um crescimento muito grande no mercado de técnicos absorvidos. No período atual a economia encontra-se no ciclo de desaceleração,

resultando no resultado negativo para o indicador. Sugeriu rever o indicador na próxima Missão do Banco Mundial.

Laura Gonçalves – IPECE explicou que o indicador da COGERH “*Apresentação de planos de segurança de água para três bacias hidrográficas estratégicas*” foi desmembrado e uma parte está no Componente II como o Diagnóstico do Plano de Segurança Hídrica. Informou que o Sr. Adahil Sena (COGERH) ficou de finalizar o termo de referência até o final de outubro, visto que a meta é a entrega do referente termo. Informou também que a meta para o indicador “*Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas.*” não será cumprido, pois a lei é decorrente do plano de segurança hídrica.

✓ **Sumário da Posição dos encaminhamentos do Plano de Ação**

Laura Gonçalves – IPECE informou que o Plano de Ação está no PAD e são ações que o Banco propôs para algumas setoriais realizarem, conforme Tabelas 4 e 5.

Sebastião Lopes – STDS informou que a estratégia já está definida e que a meta será cumprida na próxima semana, após uma reunião com a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial (CEPIR).

Andréa Rocha – SEDUC informou que o indicador apareceu de surpresa para a Secretaria e após a primeira reunião percebeu que seria possível o seu cumprimento. Relatou que realizou todas as reuniões acordadas, mas quando procuraram as instituições citadas, verificou-se que não havia nenhum módulo e nem disponibilizariam de técnicos que pudessem elaborar os referidos módulos em conjunto com a SEDUC, pois esse material é específico para a formação de professores abrangendo o público indígena. Informou também que entrou em contato com a Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem (Diversidade e inclusão social) e verificou que esta realiza um módulo de cento e vinte horas e trabalham com a formação dos professores. Anunciou que a meta está cumprida, pois existe um módulo de cento e vinte horas, uma boa parte dos professores foram formados e para o ano de 2015 vai ser inserido no programa de formação geral de todos os professores. A única diferença é que ele não foi construído em parceria com a FUNAI e esta não mostrou nenhum interesse em realiza-lo.

Eneida Machado – SEDUC informou que a primeira ação definida para o Plano era voltado para uma consulta prévia à SEMACE sobre as licenças, mas isso foi transferido para as construtoras. Informou também que os processos das vinte e duas escolas de educação profissional já estão na PGE para a licitação. A segunda ação é relacionada à varredura fundiária e as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) são as responsáveis pelo envio das regulações dos terrenos. Explicou que das vinte e duas obras das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), doze obras já estão com documentação do terreno e certidões dos imóveis.

Ulisses Rolim – CONPAM informou que dentre os projetos de assistência técnica havia um módulo de contratação de empresa para fazer as campanhas publicitárias sobre a implementação da coleta seletiva nos oitenta e um municípios. Por conta da ação vislumbrar um plano de comunicação com um enfoque mais amplo para a qualidade da água, optou-se por juntar as duas necessidades. Explicou que a parte publicitária que envolve a imagem institucional do Governo é contratada na Casa Civil. Informou que foi realizada uma reunião com a equipe da Casa Civil, as necessidades foram repassadas e no momento o CONPAM

está elaborando um plano de trabalho que vai ficar, a princípio, sob a coordenação da Casa Civil.

Tabela 4 – Plano e Ação PforR

Plano de Ação - PforR						
Descrição da Ação	Responsável	Período	Indicador	Coordenação	Encaminhamentos	Posição em Setembro
1	SEDUC, STDS e Gabinete do Governador	Durante o primeiro ano	Aumento do número de crianças indígenas e quilombolas atendidas em creches ou recebem atenção (proporcional às metas gerais do projeto).	STDS - Sebastião Lopes	a) Cruzar as informações da CEPIR com as da STDS sobre comunidades indígenas e quilombolas nos 36 municípios e concluir o levantamento.	O Analista do IPECE, Jimmy Oliveira enviou em 23/09/14 os dados sobre as famílias indígenas e quilombolas com crianças de 0 a 5 anos nos 36 municípios mais pobres para a definição das metas do Plano de Mitigação de Riscos Ambiental e Social.
					b) Realizar reunião com IPECE sobre a proposta de avaliação de impacto do PADIN, e sobre o levantamento do total e localização de famílias quilombolas indígenas nos 36 municípios.	
					c) A SEDUC vai viabilizar junto ao consultor individual para elaboração do material (cartilha/manual), que insira capítulo sobre a questão indígena e quilombola.	
					d) Sistematizar a versão preliminar da estratégia a ser adotada para o Plano.	
	SEDUC e Gabinete do Governador	Durante o primeiro ano	Módulo desenvolvido em colaboração com a FUNAI, Associações Quilombolas e Coordenadoria para a Igualdade Racial.	SEDUC - Andréa	A SEDUC, o GabGov e a equipe da Coordenadoria da Diversidade (SEDUC) entraram em contato com a FUNAI, também com SECADI, do Ministério da Educação, a fim de identificar material existente ou firmar parceria para cumprimento da meta estabelecida. Entretanto, nenhuma das instituições brasileiras ou indígenas a fim de implementar a lei 11.645/2008 e n 11.645/2008 no currículo escolar.	A SEDUC, através da Coordenadoria do Aperfeiçoamento Pedagógico (SEDUC) e a Coordenadoria da Diversidade já vinham desenvolvendo formação continuada, desde 2013, para professores do ensino médio, das áreas de conhecimento de História e Cultura Afro-brasileira e indígena a fim de implementar a lei 11.645/2008 e n 11.645/2008 no currículo escolar.

Tabela 5 – Plano e Ação PforR

Plano de Ação - PforR						
Descrição da Ação	Responsável	Período	Indicador	Coordenação	Encaminhamentos	Posição em Setembro
2	PGE, SEDUC	Durante o primeiro ano	Relatório de varredura fundiária finalizado, lista de locais selecionados para as obras e confirmação de que não haverá impactos relacionados ao reassentamento involuntário.	SEDUC - Joizia	Consulta Prévia a SEMACE das 22 EEEP. Incluso no edital de licitação as despesas e a responsabilidade da Regularização de Licença de Instalação Ambiental - REGLI. Resp da empresa.	Responsabilidade da empresa. E a SEDUC irá monitorar através dos contratos.
					Varredura Fundiária: Equipe UGP/SEDUC articulando com as CREDE a regularização dos terrenos.	Das 22 obras de EEEP, 12 Obras já estão com documentação do terreno, certidões dos imóveis.
3	COGERH, CONPAM, SRH (em consulta junto à FUNAI)	Até o fim do segundo ano	Os planos de segurança hídrica para as três microbacias estratégicas incluem medidas adequadas para lidar com os impactos de possíveis restrições adicionais no uso de recursos naturais (definidas em consulta junto às comunidades afetadas – inclusive os povos indígenas). Documentar de maneira efetiva o apoio da comunidade indígena à sua elaboração.	Conpam - Tereza Ulisses	Verificar se os Termos de Referência já incluem diretrizes relativas à provisão de "medidas adequadas para lidar com os impactos de possíveis restrições adicionais no uso de recursos naturais. Em seguida realizar consultas com as comunidades indígenas para obter seu apoio aos Planos que sejam elaborados.	Os Termos de Referência que irão iniciar o processo de licitação para contratação de consultoria que irá elaborar o Plano estão em fase de conclusão.
					F. Elaborar e estabelecer uma ampla campanha de comunicação sobre a qualidade da água	CONPAM, SEMACE, COGERH, CAGECE

✓ **Sumário da Posição da realização dos Projetos de Assistência Técnica**

Giuseppe Nogueira – IPECE passou a apresentar a posição de 15/10/2014 dos Projetos de Assistência Técnica, explicando que dos 51 projetos 46 estão com a execução conforme o Plano de Licitação e 5 estão com atraso de um dia conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Acompanhamento da Sinalização da Execução do Plano de Licitação dos Projetos

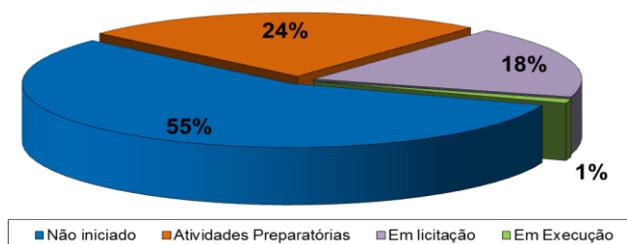


Sinalização	Setorial com o número do Projeto
Verde - Realização do projeto dentro do Plano de Licitações	46 PROJETOS: ARCE (1), ADECE (2), CGE (4,5,6,7), CONPAM (9,11,12,13), FUNCEME (14), IPECE (15,16,17,18,19,20), PGE (21), SECITECE (22,23,24,25,26,27), SEDUC (28,29,30,31,32,33,34), SEMACE (36), SEPLAG (37,38,39,40,41,42,43,44), SRH (46,47,48,49), STDS (47), TCE (48)
Amarelo - Realização do projeto com atraso de um dia	5 PROJETOS: CGE (3), CONPAM (8,10), SEDUC(35), SEPLAG (45)

Giuseppe Nogueira – IPECE ressaltou que em virtude da entrada de mais um projeto da COGERH, o Plano de Licitação passou a apresentar 51 Projetos de Assistência Técnica. Informou também que os Projetos foram desmembrados em Subprojetos, no total de 83.

Giuseppe Nogueira – IPECE passou a explicar que em relação aos estágios dos processos licitatórios, dos 83 Subprojetos de Assistência Técnica (posição de 15/10/2014), 46 não iniciaram, 20 estão em atividades preparatórias, ou seja, já fora iniciado o Termo de Referência, enviado e analisado, 15 estão no processo de licitação e 2 estão em execução, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Estágio dos Processos Licitatórios

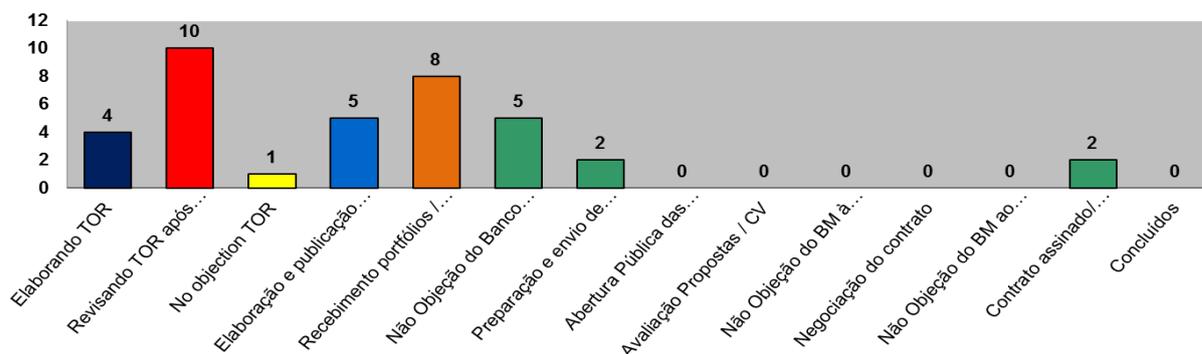


46 Não Iniciado	CGE (4,5 - 3TdR,6,7), IPECE (15 - 1TdR, 16,18,19,20), SECITECE (22,23,24,25,26), SEDUC (28,29,30,31,32,33,35 - 7 TdR), SEMACE (36 -1TdR), SEPLAG (37 - 4TdR, 38,39 - 3TdR, 40 - 1TdR, 41 - 1TdR, 42, 44), SRH (46, 49), STDS (50-2TdR)
20 Atividades preparatórias	ADECE (2), CONPAM (9,11,12,13 - 3TdR), IPECE (15-1TdR), PGE (21), SECITECE (27), SEDUC (34 - 2TdR), SEPLAG (43- 2TdR, 45), SRH (48), STDS (50-1TdR), TCE (51 - 3TdR)
15 Em licitação	ARCE (1), CGE (3), CONPAM (8,10), FUNCEME (14), IPECE (17), SEDUC (35 - 3TdR), SEMACE (36- 1TdR), SEPLAG (39-1TdR, 40 - 1TdR, 41 - 1TdR), SRH (47), STDS (50-1TdR)
2 Em execução	IPECE(15- 2TdR)

Giuseppe Nogueira – IPECE informou que dos 37 projetos em andamento tem-se termos de referência no qual: 4 estão Elaborando o Termo de Referência, 10 estão revisando os termos após revisão do Banco, 1 estão aguardando não objeção do Banco, 5 na fase de Elaboração e publicação MI/Edital, 8 estão na fase de recebimento portfólios, CV, Preparação Lista Curta e SDP, 5 aguardam não objeção da SDP e CV, 2 na preparação e envio de convite às empresas

e 2 contratos assinados, de acordo com o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Projetos em Andamento



Etapas	Setoriais
Elaborando TR	ADECE(2),IPECE(15-1TdR), SEPLAG(43-1TdR), SRH(48) – TOTAL 04
Revisando TR após envio ao BM	CONPAM (9,11,12,13-3TdR), PGE(21), SEDUC (34 - 2TdR), SEPLAG(45) – TOTAL 10
Não Objeção ao TR	SEPLAG(43-1TdR) – TOTAL 01
Elaboração e publicação MI/Edital	SECITECE(27), STDS(50-1TdR),TCE (51 - 3TdR) – TOTAL 05
Recebimento portfólios / CV, Preparação Lista Curta e SDP	CONPAM (8,10), STDS (50-1 TdR), IPECE(17), SEMACE(36- 1TdR), SEPLAG (40 - 1TdR, 41 - 1TdR), SRH (47) – TOTAL 08
Não Objeção do Banco Mundial (SDP)	FUCEME(14), SEDUC(35 - 3TdR), SEPLAG(39-1TdR) – TOTAL 05
Preparação e envio de convite às empresas (Lista curta)	ARCE(1),CGE(3) – TOTAL 02
Contrato assinado/ Prestando Serviço	IPECE (15 - TdR 2) – TOTAL 02

Giuseppe Nogueira – IPECE informou que fora enviado e-mails solicitando a atualização do Plano de Licitação, visto que por ser o primeiro ano do Projeto *PforR*, não se tinha a precisão da sua dimensão e de quando os projetos iriam ser executados. Explicou que o SEPA já foi atualizado e que será enviado ao Banco antes da Missão de Supervisão e que a partir desse momento todo o acompanhamento do Banco será realizado pelo Sistema. Lembrou que durante a Missão dois Especialistas em Licitação, Etel Bereslawski e Danilo Carvalho estarão disponíveis para que as dúvidas sobre o processo de licitação sejam esclarecidas. Reforçou que o Banco utiliza o PAD para tirar alguma dúvida sobre algum projeto de assistência técnica e anunciou que o Anexo 4 do PAD refere-se às assistências técnicas dentro do escopo do *PforR*.

III. PROGRAM APPRAISAL DOCUMENT (PAD) DO *PforR*: FOCO ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA

Cristina Medeiros – IPECE informou que a razão da discussão sobre o Documento do Projeto (PAD) que existem pessoas novas na equipe que não estavam presentes no período de construção do Projeto e é muito importante que todos tenham o entendimento do esboço e lógica do Projeto.

Victor Hugo: Lógica no PAD do Tema Assistência à Família

Vitor Hugo – IPECE iniciou a sua apresentação *Power Point*, disponível no link: http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/Apresentacao_Victor_Hugo_IPECE161014.pdf

Victor Hugo – IPECE apresentou a estrutura do *PforR* com quatro eixos, sendo um transversal e três com potencial de intersectorialidade. Nesse contexto, foram eleitas algumas áreas que seriam centrais no desenvolvimento projeto, a saber: capacitação profissional, assistência à família e qualidade da água. Finalizou informando que as grandes áreas estão relacionadas ao Crescimento Econômico, Redução da Pobreza e Sustentabilidade Ambiental e que essas áreas estão interligadas aos eixos do Plano de Governo.

- **Desafio: Pobreza**

Victor Hugo – IPECE explicou que há uma dimensão de fatores que explicam a pobreza, desde as condições naturais do clima que não permitem ter a própria disponibilidade de alimentos até a questão das distâncias em relação aos eixos mais dinâmicos do Brasil. Ilustrou que de acordo com o gráfico da Evolução da Proporção de pessoas Pobres no Ceará: 1976 – 2012 (%), na década de 80 a proporção de pessoas pobres chegou a 79,19% e começou a cair consideravelmente a partir de 1995, ano de estabilização do Plano Real, que trouxe um acesso maior das famílias ao consumo e em 2004 que é um marco devido à implantação dos programas sociais, dando uma impulsionada forte na redução da pobreza. Em 2012 percebe-se que 28,51% de pessoas são consideradas pobres e, de acordo com essa metodologia, essa proporção é a mais baixa de toda a série que existe.

Victor Hugo – IPECE explicou que o Ceará tem se esforçado bastante para contribuir na redução da pobreza no Estado. Lembrou que na década de 80, o programa de agentes comunitários da saúde acompanhava as mulheres, mulheres grávidas e recém-nascidos por causa da mortalidade infantil absurda no Estado. Já no ano de 1993 o programa se expandiu, entrou na política de governo e hoje é conhecido como Saúde na Família. Reforçou que o *PforR* tem o intuito de construir novas ferramentas para continuar mantendo a redução nos indicadores de pobreza no Estado e indicadores sociais.

- ✓ Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 140 (em valores de 2010, corrigidos pelo INPC) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010)

Victor Hugo – IPECE ilustrou que o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 140,00 vem caindo ao longo do tempo.

- **Contexto Nacional e Estadual: Pobreza**

Victor Hugo – IPECE informou que os níveis de pobreza no Ceará ainda estão muito altos, a mortalidade infantil e o analfabetismo adulto ainda se encontram bem acima da média brasileira e a pobreza se concentra entre famílias com crianças na primeira infância, adolescentes e jovens adultos, muitos dos quais não têm educação ou as habilidades necessárias para participar no mercado de trabalho. Explicou que nos últimos dez anos existem estudos, sejam na área de saúde ou na área de economia, que apontam que investimentos na faixa etária de 0-6 anos traz um retorno significativo na formação do indivíduo na vida adulta.

- ✓ Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza por faixa etária – Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010)

Victor Hugo – IPECE informou que o percentual de pessoas em extrema pobreza por faixa etária está contido no PAD e com toda a estrutura do Projeto. Ilustrou que para o ano de 2012 a faixa etária de 0-14 anos tem-se aproximadamente 27%, ou seja, das pessoas na extrema pobreza, quase 27% do total não tem catorze anos de idade, gerando um grande problema, pois essa geração de jovens vai chegar ao mercado de trabalho em algum momento. Reforçou que é preciso agir nas crianças de 0-6 anos e estabelecer políticas que possam atender o mais

rápido possível a carência dessas pessoas e essa é a lógica de se ter a atenção básica às crianças no escopo do Projeto.

- **Oportunidade: Assistência à família**

Victor Hugo – IPECE apresentou as oportunidades para Assistência à Família, a saber:

- ✓ As famílias carentes tendem a não ter conhecimento e recursos materiais necessários para tirar proveito dos programas de assistência social, há uma grande oportunidade para a provisão pública;
- ✓ Investimentos no desenvolvimento infantil, desde que sejam de alta qualidade, produzem amplos retornos e podem contribuir para romper com ciclos intergeracionais de pobreza.
- ✓ Entretanto, os segmentos mais pobres da população são, geralmente, menos propensos a se engajar em desenvolvimento infantil ou em outros programas de combate a pobreza relacionada às famílias.
- ✓ A melhoria do acesso destes segmentos a tais serviços através de comunicações e busca ativa mais efetiva é uma prioridade.
- ✓ A inadequada capacidade técnica é um dos principais obstáculos para a efetividade dos programas de Desenvolvimento Infantil no nível municipal;
- ✓ O Ceará tem uma alta taxa de analfabetismo entre pais e mães, o que acarreta enormes desafios para a qualidade do apoio fornecido por cuidadores para crianças em casa;
- ✓ O *PADIN* capacitará pais, mães e cuidadores para fornecerem uma melhor estimulação cognitiva e de linguagem para crianças com idade inferior a cinco anos.

Victor Hugo – IPECE informou que existem algumas experiências internacionais como o Programa Chile Solidário que é um programa de distribuição de renda, mas que tem dado resultados interessantes sobre o desenvolvimento infantil. Já nos Estados Unidos o Perry School é um programa de educação infantil e tem dado um resultado satisfatório.

Victor Hugo – IPECE informou que há o esforço do Estado para as ações de planejamento e ações de execução e que a ideia principal de toda essa articulação do *PforR* é que o seu resultado possa obter uma maior eficácia nos programas do Governo, não só na entrega dos produtos, mas que seja eficaz e se consiga mensurar os resultados para que sejam replicados em outras subunidades do Brasil.

Victor Hugo – IPECE finalizou sua apresentação ilustrando os indicadores e os projetos de assistência técnica no eixo da Redução da Pobreza.

Victor Hugo – IPECE passou a palavra para Sebastião Lopes (STDS) que iniciou sua apresentação, disponível no link: http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/Apresentacao_Sebastiao_Lopes_STDS161014.pdf

Sebastião Lopes - STDS: CRAS e seu envolvimento no PforR

Sebastião Lopes – STDS informou que a sua participação na reunião de hoje tem como objetivo apresentar a todos como a STDS atuará no *PforR* e como ela vai contribuir para a Redução da Pobreza, tendo como o foco a Assistência à Família.

- **Indicadores**

Sebastião Lopes – STDS apresentou os três indicadores da Secretaria, sendo eles dois primários e um intermediário.

- ✓ Indicador “*Percentual de equipes técnicas de CRAS capacitadas para o acompanhamento à família*”.

Sebastião Lopes – STDS informou que existem cinquenta e cinco Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos trinta e seis municípios mais pobres e serão capacitadas cinquenta equipes de referência desses CRAS. Explicou que são trezentos e setenta e três CRAS no estado do Ceará e cento e setenta e oito ações cofinanciadas. Ressaltou que grande esforço da Secretaria para o ano de 2015 é atuar mais efetivamente nos trinta e seis municípios e se consiga negociar os recursos para universalizar o cofinanciamento de todos os CRAS.

- ✓ Indicador “*Percentual de famílias cadastradas em situação de extrema pobreza e com crianças até 5 anos acompanhadas pelos CRAS*”.

Sebastião Lopes – STDS informou existem cinquenta e cinco mil famílias nos trinta e seis municípios e a meta da Secretaria é chegar ao ano de 2017 com 25% dessas famílias acompanhadas, totalizando treze mil e setecentos e cinquenta.

- ✓ Indicador “*Percentual de famílias no CadÚnico nos municípios-alvo recebendo apoio dos CRAS, com equipe treinada*”.

Sebastião Lopes – STDS informou que esse indicador não estava previsto inicialmente e terminou sendo quase um arranjo do Banco Mundial com o Governo do Estado. Explicou que este será cumprido através de um sistema de monitoramento que está sendo elaborado.

Sebastião Lopes – STDS apresentou o colegiado no âmbito do *PforR* na qual a STDS participa, sendo eles: o Comitê *PforR* Ceará; Comitê Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil e; Comitê de Ação Estratégica para Desenvolvimento.

Sebastião Lopes – STDS detalhou as ações de cada indicador.

- ✓ Indicador “*Percentual de equipes técnicas de CRAS capacitadas para o acompanhamento à família*”.

Explicou que a Secretaria capacitará todas as equipes técnicas de nível médio e superior que são equipes de referência de CRAS para que elas possam estar tendo um olhar diferenciado, tendo uma capacidade maior para estar fazendo o acompanhamento familiar. Informou que toda a equipe técnica será capacitada em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, tendo como foco o acesso aos serviços de assistência social em intersectorialidade com educação, saúde e segurança alimentar e nutricional. Explicou também que o diferencial está na oportunidade de capacitar essas equipes em desenvolvimento infantil, violência doméstica, atenção com pessoa com deficiência. Ressaltou que toda essa conjuntura social é fundamental e é importante ter um olhar mais adequado para que se possa de uma forma mais efetiva e buscando a intersectorialidade, estar subsidiando o governo na formulação das políticas públicas. Certificou que é uma ação difícil, pois o CRAS é de uma gestão municipal, mas a Secretaria vai está animando toda a ação e esta será monitorada.

- ✓ Indicador “*Percentual de famílias cadastradas em situação de extrema pobreza e com crianças até 5 anos acompanhadas pelos CRAS*”.

Explicou que a STDS vai acompanhar famílias e estas serão visitadas duas vezes por ano. Informou que foi definido, juntamente com toda a equipe do PforR, que a cobertura mínima por município é de 5%, ou seja, o CRAS tem que entrar em cada município, na sua área de abrangência, e a cada ano cobrir o mínimo de 5%. Inicialmente foi pensando em usar o prontuário do CRAS que serviria de porta de entrada para os usuários da assistência social e assim teria condições de visitar as famílias. Informou que os indicadores estão sendo definidos e serão atualizados a cada visita e a partir daí considera-se que a Secretaria terá condições de verificar se essas famílias tiveram acesso a esse acompanhamento e verificar também se está acontecendo o exercício de intersectorialidade no Estado do Ceará. Considerou também que é uma ação inovadora e ressaltou que em discussões do PforR o Banco enfatizava que seria a primeira experiência no Brasil e que possivelmente poderia ser exportado para outros estados brasileiros.

- ✓ Indicador “*Percentual de famílias no CadÚnico nos municípios-alvo recebendo apoio dos CRAS, com equipe treinada*”.

Explicou que o indicador identifica em que ponto as famílias estão tendo acesso aos serviços públicos. Está sendo feito um levantamento do percentual de famílias no CadÚnico nos municípios-alvo que estão recebendo o apoio dos CRAS e será feito semestralmente com base nas informações, mas sugere-se que o relatório mais qualitativo seja anual para que se possa estar mostrando qual o resultado efetivo desse acompanhamento e o que mudou nas condições sociais daquela família.

Sebastião Lopes – STDS finalizou sua apresentação ilustrando o recurso que está vinculado ao PforR no PPA e o projeto de assistência técnica.

Sebastião Lopes - STDS passou a palavra para Everton Maciel (SEPLAG) que iniciou sua apresentação, disponível no link: http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/Apresentacao_Everton_Maciel_FECOP161014.pdf

Everton Maciel - SEPLAG: FECOP e seu envolvimento no PforR

- **Objetivo**

Everton Maciel – SEPLAG informou que o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) tem dez anos e esse seria o momento para refletir se realmente ele está conseguindo atingir o objetivo que é reduzir a pobreza no estado e contribuir para que isso aconteça.

- **Universo Populacional de atuação do FECOP**

Everton Maciel – SEPLAG informou que 20,6% da população, aproximadamente 1.808.386 pessoas, estão em situação de pobreza e o FECOP atende pessoas com renda per capita abaixo de meio salário mínimo, ou seja, atua em um universo muito maior de pessoas que poderiam estar sendo atendidas.

- **Órgão Gestor Deliberativo: Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS)**

Everton Maciel – SEPLAG informou que os projetos do FECOP passam por um Conselho Consultivo que é formado por Secretarias de Estado e por entidades da sociedade civil. Explicou que os Conselhos se reúnem, apreciam os projetos, aprovam o valor que vai ser gasto com aqueles projetos que vão ser executados pelas Secretarias Executoras.

- **Valores dos Projetos (2014)**

Everton Maciel – SEPLAG informou que para o ano de 2014, dez Secretarias estão recebendo o financiamento do FECOP para os diversos projetos nas suas áreas de atuação. Ilustrou que são cento e setenta e oito projetos resultando um valor total de R\$ 585.833.673,99. Detalhou as Secretarias e seus projetos, a saber: SDA atua principalmente na inclusão produtiva dos trabalhadores rurais; SEDUC tem projetos de formação, principalmente na construção de escolas de educação profissional; STDS tem projetos de cofinanciamento dos CRAS e vários serviços na área de assistência como abrigos; SCIDADES atua na área de urbanização e habitação; SESA tem projetos de infraestrutura do esporte e saúde; SEINFRA tem projetos de desapropriação; SRH atua em projetos voltados para a qualidade da água e o acesso à água pela população; GabGov tem o Projovem trabalhador; SESPORTE atua na área de inclusão através do esporte e; SECULT tem o projeto de agentes de leituras.

- **Categorização atual (baseada no Decreto nº 29.910, 29/09/2009)**

Everton Maciel – SEPLAG informou que existe uma categorização utilizada no FECOP para que se possa visar à integração dos projetos, unindo-os através dessa categoria. Explicou que existem os projetos assistenciais que é o primeiro contato da pessoa que se encontra na situação e pobreza, específicos da STDS e os projetos estruturantes.

- **Desafios do FECOP**

Everton Maciel – SEPLAG informou que os desafios enfrentados pelo FECOP são:

- ✓ Falta de integração das ações dos vários projetos;
- ✓ Desconhecimento do número de pessoas efetivamente atendidas pelo FECOP;
- ✓ Falta de informação sobre o impacto dos Projetos na redução da pobreza;
- ✓ Dificuldade de implementação de alguns projetos resultando na baixa execução orçamentária no ano proposto;
- ✓ Falta de adequação da implementação de alguns projetos à lógica de combate à pobreza.

- **O FECOP no Âmbito do PforR**

- ✓ Indicador “*Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico*”.

Explicou que o indicador envolve a difusão da cultura do monitoramento e avaliação através da elaboração e acompanhamento do marco lógico nos projetos e hoje o FECOP tem uma grande dificuldade de monitorar e ver os resultados e apontou que no ano de 2014 todos os projetos já estão em marco lógico, mas existe um modelo novo para 2015 que ainda não está sendo utilizado para monitoramento e avaliação. Informou que o Programa de Treinamento está sendo elaborado para 2015 e seu foco é capacitar as pessoas a usarem o marco lógico no monitoramento e avaliação dos projetos.

- **Projetos de Assistência à Família**

Everton Maciel – SEPLAG ilustrou os projetos considerados como sendo de Assistência à Família.

- **Projetos de Assistência à Família - Categorização**

Everton Maciel – SEPLAG informou que foram selecionados cem projetos (dos cento e setenta e oito) e os dividiu entre as categorias assistenciais e estruturantes.

- **Marco Lógico dos Projetos**

Everton Maciel – SEPLAG ilustrou a importância do marco lógico e apresentou a matriz.

- **Principais Benefícios**

Everton Maciel – SEPLAG apontou os principais benefícios, sendo eles:

- ✓ Análise clara da relação de meios/fins das atividades do projeto que levam a produtos requeridos para atingir o propósito maior estabelecido pelo projeto;
- ✓ Acompanhamento preciso das diversas etapas de um projeto e de seus custos;
- ✓ Descrição de indicadores de desempenho e de suas fontes de verificação;
- ✓ Especificação dos principais riscos que possam interferir no sucesso do projeto e;
- ✓ Marco de referência para identificar as experiências adquiridas e incorporá-las a outros projetos.

- **Resultados Esperados**

Everton Maciel – SEPLAG reforçou que o Plano Estadual de Combate à Pobreza seria um meio para se conseguir a integração das ações, potencialização dos recursos e funcionamento sistêmico de todas as ações que estão voltadas para o combate à pobreza e estão recebendo recursos do FECOP. Informou que com o Sistema de Monitoramento vai ser possível conseguir o acompanhamento dos resultados dos projetos, a criação de uma base de dados específica dos projetos e a Criação de uma base de dados universal por beneficiário. Explicou que os projetos do FECOP não destinam renda, dificultando os resultados para saber se aquela família saiu ou não da situação de pobreza e para isso é importante que seja feita uma avaliação das ações do FECOP para aferir na contribuição efetiva dos projetos financiados pelo FECOP para a redução da Pobreza.

Everton Maciel - SEPLAG passou a palavra para Lucidalva Bacelar (SEDUC) que iniciou suas apresentações, disponíveis nos links:

http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/Apresentacao_Lucidalva_Bacelar_Comite_do_Developmento_Infantil161014.pdf

http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/Apresentacao_Lucidalva_Bacelar_PADIN161014.pdf

Lucidalva Bacelar - SEDUC: Comitê de Desenvolvimento Infantil

Lucidalva Bacelar – SEDUC apresentou o princípio basilar do Comitê “Nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos” e daí a importância do trabalho coletivo. Informou que o Comitê foi criado através do Decreto N.º 31.264 de 31 de julho de 2013 e é composto pela SDA, SEDUC, SEPLAG, SESA, STDS, IPECE. Informou também que o próprio decreto regulamenta a participação de membros convidados, como APRECE, UNDIME, COSEMS, COGEMAS e outras entidades. Informou também que a Coordenação Executiva é feita pela Lara Costa (SEPLAG) e neste mandato a Presidente é Lucidalva Bacelar (SEDUC) e Vice - Presidente é o Sebastião Lopes (STDS) e foram eleitos para um mandato de dois anos.

Lucidalva Bacelar – SEDUC apresentou os membros do Comitê, a saber: SEDUC: Lucidalva Bacelar e Conceição Ávila; STDS: Sebastião Lopes e Rosilane Ribeiro; SDA: Gisele e Mônica Macedo; SESA: Metilde Ferreira e Sandra Luna; SEPLAG: Lara Costa e Everton Maciel e; IPECE: Jimmy Oliveira e Victor Hugo.

- **Finalidade e Competência**

Lucidalva Bacelar – SEDUC apresentou as finalidades e competências do Comitê e informou que o Comitê é construtivo e tem o papel de propor as políticas e programas voltados para o desenvolvimento infantil.

- **Ações**

Lucidalva Bacelar – SEDUC informou que desde 2013 desenvolvem ações, sendo elas:

- ✓ Realização de reuniões bimestrais e extraordinárias;
- ✓ Representação em eventos relacionados à primeira infância;
- ✓ Análise e encaminhamentos acerca de novos projetos direcionados para a primeira infância;
- ✓ Promoção de intercâmbio de experiências entre os membros do Comitê.

Explicou que entre as setoriais envolvidas foram socializados os programas e projetos que são concomitantes. Informou que houve surpresa, pois descobriram políticas realizadas para o mesmo público alvo da primeira infância, mas que não se tinha o conhecimento e foi notória a redundância de ações que acabam gerando desperdício de força e de energia.

- ✓ Realização do 1º Seminário de Integração das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará em 12/11/2013.

Explicou que após a socialização dos programas e projetos, os membros do Comitê sentiram a necessidade de integrar com outras entidades não governamentais que desenvolvem políticas voltadas para o desenvolvimento infantil.

- **Perspectivas**

Lucidalva Bacelar – SEDUC apresentou as perspectivas para o Comitê, sendo elas:

- ✓ Realização do 2º Seminário em novembro de 2014;
- ✓ Avaliação e sistematização das ações do Comitê 2013/2014;
- ✓ Construção e divulgação do Plano de Trabalho para 2015/2016;
- ✓ Apresentação de ações para o Plano Estadual da primeira infância.

Lucidalva Bacelar – SEDUC encerrou a apresentação ilustrando o lema do Comitê “Com talento ganhamos partidas, com trabalho em equipe e inteligência, ganhamos campeonatos. (Michael Jordan)”.

Lucidalva Bacelar - SEDUC: PADIN

Lucidalva Bacelar – SEDUC informou que o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN) encontra-se na fase de construção. Explicou que a psicologia aborda que tudo se decide até os oito anos de idade. Esclareceu que a criança que entra com seis anos na escola apresenta o fosso da divisão e desigualdades de classes, ou seja, existe a questão de oportunidade, pois a criança que entra na escola aos seis anos sem passar pela pré-escola terá bem mais desafios para vencer do que uma criança que tem desde cedo acesso ao trabalho sistematizado e ambiente letrado. Informou também que existe uma emenda constitucional solicitando que as pré-escolas devem ser universalizadas até o ano de 2015, mas sabe-se que muitos municípios pedirão prorrogação deste prazo porque não têm

equipamentos, não tem creches e nem pré-escolas que possam absorver essa demanda. Reforçou que a desigualdade que avança tem que ser trabalhada para que seja combatida e possa se oferecer a estas crianças mais oportunidades e melhores possibilidades.

- **Quadro de atendimento na educação infantil – Ceará 2011**

Lucidalva Bacelar – SEDUC informou que a taxa líquida de atendimento a crianças de 4-5 anos é de 82,54% e a taxa de atendimento a crianças de 0-3 é de 13,28%. É uma taxa muito baixa, porém o Ceará é considerado, no Brasil e no Nordeste, o estado que está à frente em atendimento na educação infantil. Explicou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) divide a educação em três etapas e diz de quem é a responsabilidade por cada etapa, ou seja, a Educação Infantil é de responsabilidade do Município, o Ensino Fundamental é de responsabilidade do Município, mas pode acontecer de forma compartilhada quando o Município não conseguir atender a sua demanda e por fim o Ensino Médio é de responsabilidade do Estado. Informou que o Estado do Ceará é um dos estados da federação que mais municipalizou a educação infantil e ensino fundamental.

- **PAIC – Eixos do Programa**

Lucidalva Bacelar – SEDUC informou que a Secretaria atende através do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) que é um modelo que está sendo replicado para o Brasil pelo Governo Federal. Explicou que o PAIC fala de alfabetização, mas ele tem um eixo que fala sobre a Educação Infantil e não há como falar de alfabetização sem falar em educação infantil, pois a criança não deveria começar a ter acesso à educação aos seis anos. Explicou também que o PAIC é um programa e gestão que pega um lote da alfabetização e através dele são discutidas todas as políticas para o desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental, ou seja, discute-se gestão da sala de aula, gestão do município, gestão educacional, gestão das escolas, entre outros.

Lucidalva Bacelar – SEDUC explicou que no ano de 2007, quando o PAIC foi lançado, o índice de analfabetismo das crianças do terceiro ano era de quase 50%, ou seja, o ciclo geracional da pobreza, mesmo a criança estando na escola, estava sendo reproduzido. Com o PAIC, hoje, de cada dez crianças somente duas não aprendem a ler no desejável, mas já sabem ler o suficiente e isso é fruto de um trabalho de combate efetivo à pobreza. Informou também que foi desenvolvida no PAIC uma política de Literatura Infantil onde os valores da terra são valorizados. Ressaltou há a abertura anual de editais e, através desse edital, professores do Ceará ou residentes a mais de cinco anos se credenciam para que sejam escritos seus textos. A Secretaria faz a seleção, premia-se os 36 textos selecionados com a primeira impressão desses textos e são impressos e distribuídas as coleções, não para as bibliotecas da escola, mas para todas as salas de aula, fortalecendo assim os cantinhos de leitura.

Lucidalva Bacelar – SEDUC acrescentou que a Secretaria de Educação não vê no PADIN um apêndice e sim a forma de fortalecer o eixo da educação infantil que vem sendo trabalhando no PAIC desde 2007.

- **Ações desenvolvidas - 2007/2014**

Lucidalva Bacelar – SEDUC apresentou as ações desenvolvidas:

- ✓ Formação anual de todos os Professores da Educação Infantil dos cento e oitenta e quatro municípios;

- ✓ Elaboração das Orientações Curriculares;
- ✓ Acompanhamento Pedagógico às escolas de Educação Infantil;
- ✓ Apoio técnico na implantação e implementação das propostas pedagógicas nos municípios;
- ✓ Participação nas ações desenvolvidas pelo Fórum de Educação Infantil;

- **O que é o PADIN?**

Lucidalva Bacelar – SEDUC considerou o PADIN como sendo o soro caseiro da educação infantil, ou seja, que a criança comece a ter estímulos de entre 0-3 anos para que quando ela chegue na pré-escola ela não chegue em condição de desigualdade. Definiu o PADIN como sendo visitas domiciliares, na linha do agente de saúde, para as famílias dos trinta e seis municípios que estão na mais extrema pobreza com crianças de 0-3 anos.

- **Competências**

Lucidalva Bacelar – SEDUC apresentou as competências, sendo elas:

- ✓ A SEDUC irá implantar, coordenar, acompanhar e avaliar, como também, articular os serviços e as ações das demais Secretarias e entidades parceiras.

Ressaltou que a Avaliação de Impacto é de responsabilidade do IPECE.

- ✓ O Município promove o processo de adesão das famílias, coordenar, acompanhar e avaliar, no âmbito local.
- ✓ As Parcerias com organismos do Comitê, UNDIME, APRECE, Comitê de Articulação do PAIC, Comitê Intersetorial de Políticas da Primeira Infância.

- **Estabelece como prioridades**

Lucidalva Bacelar – SEDUC relatou as prioridades como sendo:

- ✓ Fortalecer a competência do núcleo familiar, como primeira e mais importante instituição de cuidados e educação da criança nos primeiros anos de vida;
- ✓ Apoiar as ações educativas voltadas para o desenvolvimento integral da primeira infância e por consequência a diminuição das desigualdades de aprendizagem das crianças.
- ✓ Garantir o desenvolvimento de políticas públicas de Educação Infantil mais eficiente e eficaz.

- **Metodologia**

Lucidalva Bacelar – SEDUC ilustrou que os trabalhos serão realizados com distribuição de grupos de crianças, pois não dá para trabalhar desenvolvendo a mesma atividade com crianças de faixa etária diferente. Serão realizadas visitas domiciliares na primeira e terceira semana. Já as visitas na segunda e quarta semana, haverá a inclusão de atividades coletivas, pois as crianças maiores não podem ter essa relação só com o agente ou com a família visto que ela precisa se socializar com outras crianças.

- **Municípios (piloto)**

Lucidalva Bacelar – SEDUC informou que são os mesmos trinta e seis municípios trabalhados pela STDS e em 2015 o trabalho será iniciado em dez municípios e foram envolvidos mais dois, um que tem comunidades indígenas e outro com comunidades quilombolas. Finalizou sua apresentação informando que o objetivo através desse programa complementando o PAIC e o

PAIC avançando, pois ele só atende até o quinto ano e a ideia é que ele vá até o nono ano ai a gente fecha esse jovem que vai para a escola profissionalizante.

IV. ENCAMINHAMENTOS

1. Aprovação da Ata da 8ª reunião Comitê PforR de 18/09/14 enviada por e-mail para revisão dos membros até o dia 13/10/2014: Cristina Medeiros - IPECE perguntou a todos se a Ata da 8ª reunião do Comitê PforR de 18/09/2014 estaria aprovada e todos confirmaram.
2. Missão de Supervisão do Banco Mundial: 27/10/2014 e 29/10/2014 a 31/10/2014;
3. Proposta para discussão nas próximas Reuniões do Comitê: Lógica PAD nos temas:
4. Gestão Pública – Reunião de 20/11/14;
5. Capacitação Profissional - Reunião de 20/11/14;
6. Qualidade da Água -Reunião de 18/12/14.

Cristina Medeiros – IPECE finalizou a reunião agradecendo a participação de todos.

I. ANEXOS

Anexo 1 - Gráfico - Sumário de Acompanhamento das Participações Mensais

Anexo 1

Gráfico da Participação por Setorial nas Reuniões do Comitê PforR de Fevereiro/2014 a Outubro/2014

